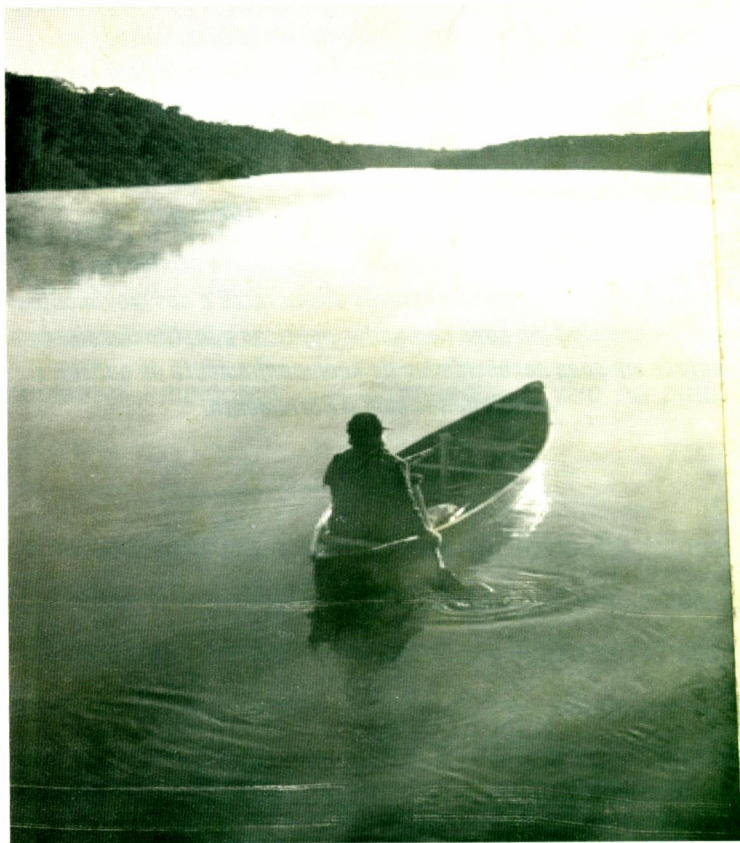


# subsídio inesc

Brasília - outubro de 1997 - Ano V - Nº 33



201  
FERRAZ - 10387  
SALVADOR, 53 - APTD. 601  
P.S.  
RIO DE JANEIRO-RJ

## GESTÃO AMBIENTAL NA REALIDADE: DA RIO PLUS 5 A CARUARU PLUS 1

*Flora Cerqueira*



Texto para reflexão e estudo

# O que é o INESC

*O Instituto de Estudos Sócio-Econômicos INESC é uma organização não-governamental, sem finalidades lucrativas, voltada ao desenvolvimento institucional e político da sociedade civil em suas relações com o Parlamento, colaborando para a construção do Estado Democrático de Direito. É uma entidade suprapartidária independente e autônoma em relação ao Estado, aos movimentos sociais organizados, às igrejas, aos partidos políticos.*

*Desde 1979, quando foi fundado, desenvolve atividades de assessoramento aos parlamentares democratas e aos movimentos da sociedade civil em suas demandas políticas e institucionais, com ênfase em suas necessidades de acompanhamento de questões relacionadas com o Parlamento.*

## subsídio inesc

Publicação do INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - SCS - Quadra 08 - Bloco B-50 - Salas 431/441 - Supercenter Venâncio 2.000 - CEP: 70.333-900 - Brasília - DF - Brasil Tel: (061) 226.8093 - Fax: (061) 226.8042  
E-Mail: inesc@ax.apc.org - INTERNET: inesc@bmet.com.br

**Coordenação:** Ida Pietricovsky de Oliveira

**Conselho Editorial:** Wellington de Almeida (Coordenador-Geral interino e Cooperação Internacional), Paulo Pires de Campos (Assessoria Especial e Ação da Cidadania), Jussara de Goiás e Mário Volpi (Criança e Adolescente), Iara Pietricovsky e Amália Maranhão (Questões Indígena e Ambiental), Edélcio Vigna de Oliveira (Questões Agrária e Agrícola), Paulo Eduardo Rocha (Orçamento), Ida Pietricovsky de Oliveira (Comunicação).

**Editoração Eletrônica:** Jovelino Junio Camuzi

**Impressão:** Tipogresso



## APRESENTAÇÃO

O texto de Flora Cerqueira é uma reflexão tanto acadêmica quanto vivencial. Na pesquisa acadêmica ela busca explicações para as mudanças aceleradas da vida contemporânea e, em especial, do universo dos problemas ambientais que acompanha e vive na prática há quase vinte anos.

Seu campo de análise ajuda a compreender a lógica das transformações e a perceber que a amplitude dos problemas ambientais ultrapassa a grandeza das florestas ameaçadas, se infiltra em nosso cotidiano, jorra pela torneira da nossa cozinha. É um sinal de alerta, a luz vermelha que mostra o perigo mas instiga a procurar novos caminhos.

Amália Maranhão  
Assessoria Indígena e Ambiental  
INESC



## SUMÁRIO

1. Introdução .....	3
2. Buscando uma trilha para "ler" a realidade.....	3
• <i>A natureza das mudanças</i> .....	4
• <i>A transição paradigmática</i> .....	6
3 - A gestão ambiental antes e depois de 1992.....	7
4. As lições de Caruaru.....	9
5. Serra da Mesa, a Balbina dos anos 90?.....	16
6. Organizando a lógica das mudanças.....	17
• <i>Os mitos criados pelas avaliações, as prioridades da Agenda Verde e as gerações futuras</i> .....	19
7. Outros sinais vindos do lado de fora.....	20
8. Bibliografia.....	22



## **GESTÃO AMBIENTAL NA REALIDADE: DA RIO *PLUS 5* A CARUARU *PLUS 1***

Flora Cerqueira<sup>1</sup>

### **1 - INTRODUÇÃO**

Estamos vivendo um momento da gestão ambiental brasileira em que uma confluência de inusitados eventos incitam à reflexão. O pós-Rio 92, o pós avaliação da Rio 92 (chamada de Rio *Plus 5*), as avaliações dos maiores projetos de investimentos na área ambiental<sup>2</sup>, a crise do Estado, a ascensão e crise das ONG's, a ocorrência de velhos-novos desastres que não se acreditava fossem continuar acontecendo. Tudo indica que é um tempo oportuno para debruçar-se sobre esse material e atentar para novas mensagens que ele pode estar trazendo.

### **2 - BUSCANDO UMA TRILHA PARA “LER” A REALIDADE**

As mudanças que vêm ocorrendo em todas as dimensões da vida contemporânea prometem prosseguir. Cada vez mais um número maior de especialistas, através de incontáveis livros e artigos, vêm se dedicando a estudar as características dessas transformações. Inclusive já as qualificam, comparativamente com as que ocorreram em todos os tempos da história, como sendo mais rápidas, mais complexas, mais turbulentas, mais imprevisíveis. O que eles estão dizendo, na verdade, é que por mais que possamos detectar os impactos dessas mudanças nas nossas vidas, nas nossas organizações, na nação ou no mundo, elas são apenas um indício do que está por vir.

Essas mudanças, segundo enfatizam tais estudos, acompanham e obedecem a determinados padrões. Identificar esses padrões e seguir seus cursos tem sido hoje buscado como um verdadeiro mapa da mina. Atuar nesses tempos de turbulência não tem sido fácil nem para governantes nem para governados. A capacidade de prever já não conta com instrumentos que eram eficientes tempos atrás. Não é sem razão que a palavra “mapa” ou mesmo “cartografia” tem sido

---

<sup>1</sup> Oficial de Programa do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável

<sup>2</sup> PNMA, PRODEAGRO, PLANAFLORO, PPG-7, TIETÊ, por exemplo.



tão utilizada. Também chama a atenção a quantidade de teses que formularam como objeto de estudo o "circuito de tomada de decisões" de qualquer assunto. Não é nada linear o entendimento de como determinada questão foi decidida. As variáveis e suas combinações são tantas que torna-se quase impositiva essa investigação. Sejam mapas ou circuitos, estamos falando da mesma coisa: organizar a lógica da mudança.

O propósito de organizar a lógica da mudança é o de reconstituir o nível de complexidade sobre o qual opera a realidade e seus eventos, intuir a direção que está tomando o conjunto de transformações e desenvolver o campo de análise a partir do qual seja possível pensar e operacionalizar alternativas. É como procurar o futuro no presente para compreendê-lo melhor descobrindo o seu movimento.

O tema do meio ambiente, em si mesmo, tem seu apelo particular, seja numa dimensão macro ou micro. A ampliação da consciência ambiental, ou a compreensão dos fenômenos contemporâneos associados às questões do meio ambiente têm sido apontados como referência fundamental de um novo paradigma, ainda que emergente, orientador de uma nova visão de mundo. Por outro lado, a consideração dessa dimensão nas ações do governo, da sociedade ou do indivíduo tem trazido uma série de elementos, processos e práticas carregados de aspectos, se nem sempre novos, pelo menos recontextualizados. Como tudo isso está evoluindo, quais suas perspectivas, que elementos podem ser considerados sinais de mudanças?

#### • A Natureza das Mudanças

Não só o que muda tem sido objeto de estudos, mas a natureza da mudança em si mesma. "Para tomarmos as decisões que nos serão exigidas, devemos compreender a natureza da própria mudança, suas causas e seus efeitos, os riscos e possibilidades que ela traz."<sup>3</sup>

Uma das características da natureza das mudanças contemporâneas é que elas não são mais progressivas, mas sim descontínuas. Outra característica é que existe subjacente a todas as coisas um padrão de mudança: as coisas são criadas, crescem e se transformam. Esse padrão-chave, segundo Lamb e Jarman (1991), constitui-se no fundamento do que eles chamam Teoria da Transformação: todo sistema cresce passando por três fases de mudança e por dois pontos de ruptura, cada uma dessas fases tendo um

processo criativo que lhe é peculiar. E cada ruptura ocorrendo sempre que ocorrem mudanças de regras.

Segundo esses autores, as três fases de crescimento e mudança são:

#### (i) Formação

A partir do caos, da desordem, é criado um padrão ordenado: uma entidade começa a existir, a ter forma. É um processo divergente de busca do sistema, interligando os elementos existentes, internos e externos, para formar um padrão, para inventar a si mesmo. No campo das organizações, essa fase corresponde à descoberta de um padrão que dê origem a uma empresa.

#### (ii) Regulamentação, o primeiro ponto de ruptura

Sai do processo divergente de busca, convergindo e concentrando seus recursos na repetição e na ampliação. O crescimento se efetua a partir do estabelecimento de regras, concentrando-se num conjunto restrito e excluindo-se tudo que esteja fora do padrão, da norma. Quando não há mais controle sobre o padrão essa fase se extingue. Corresponde à fase de especialização de uma empresa, em que se normatiza em cima do padrão básico, excluindo-se o que for diferente.

#### (iii) Integração, o segundo ponto de ruptura e nova transformação

O crescimento deixa de ocorrer por meio da extensão da semelhança e passa a intercambiar diferenças no interior e no exterior. Rompe o padrão e integra diferenças por meio da abertura do sistema e da inovação, incorporando o novo e o diferente. Para propiciar o crescimento, o sistema extrapola seus limites para partilhar o novo e o diferente - aquelas partes excluídas da segunda fase, quando se buscava apenas o que fosse semelhante ao padrão estabelecido. Essa fase também prepara o sistema para um novo ciclo de crescimento, uma transformação num nível mais avançado, mais complexo. Dá-se uma bifurcação: enquanto a organização núcleo cresce em torno de inovações criativas, há uma renovação, recriando por inteiro a organização em níveis mais complexos. São dois processos, portanto: o de integração do diferente e o de reconstrução do sistema, que se modifica com a absorção do novo. Ao nível das empresas, corresponde à fase em que a organização esgotou seu padrão e para crescer (ou sobreviver) precisa interagir com o ambiente externo, recuperando o que descartou para se "padronizar" e abrindo-se para o novo.

<sup>3</sup> *The Phenomenon of Change. Instituto Smithsonian. Citado em "Ponto de Ruptura e Transformação" de George Lamb e Beth Jarman. 1991. Pg 15.*



### • A transição paradigmática

Outra possibilidade de leitura é oferecida pelo ritual da transição de um paradigma para outro, quando os seguintes passos são identificados (Khun, citado por Moreira, 1996):

- ⇒ A emergência de um novo paradigma começa com a crise do antigo. E essa crise acontece com a percepção de um problema para o qual o paradigma tradicional não oferece solução;
- ⇒ A tensão criada com a desordem que se instala é que dá as condições para o surgimento de novas teorias com propostas de soluções para o problema;
- ⇒ O paradigma anterior só é descartado quando há outro disponível. A rejeição de um paradigma é simultânea à adoção de outro;
- ⇒ Existe sempre um componente inercial, resistente a mudanças, a ser vencido na transição. No início, por essas resistências, o novo paradigma encontra adesão apenas em pequenos grupos, que se encarregam de aprimorar as suas primeiras versões, geralmente grosseiras;
- ⇒ A aceitação do paradigma se amplia na medida em que este vai mostrando-se competente para resolver problemas.

Embora oriundos do âmbito das ciências, os elementos da mudança paradigmática que vem ocorrendo no interior da física (de newtoniana para quântica) tem sido extrapolados à exaustão para outros campos. Capra (1982) segue a indicação de Khun e avalia a questão paradigmática não só para diversos campos do conhecimento, como a medicina, biologia, psicologia e economia, mas para a crise multidimensional que ocorre na atualidade, em todos os níveis. Segundo ele, a visão de mundo fragmentada, especializada e setorializada condicionada pelo padrão newtoniano-cartesiano não consegue perceber, explicar nem resolver os problemas oriundos da complexidade de um mundo globalizado, interligado e interdependente e que por isso mesmo é demandante de um novo paradigma.

Dois aspectos levantados por Capra merecem destaque por ajudarem na compreensão do porquê é necessário encontrar uma nova forma de "olhar" a realidade. No geral, o fato dele apontar para a crise multidimensional que nos afeta ao nível de civilização e para as consequências ambientais de que todos sabemos, para cuja solução há também necessidade de um esforço multidimensional. No particular, ao demonstrar que apesar dos avanços proporcionados pelo paradigma vigente, a biologia e outros ramos do conhecimento não conseguem resolver, pela visão fragmentada e reducionista, aqueles problemas relacionados com a função dos sistemas vivos como totalidade e com suas interações com o meio ambiente. Dessa cons-

tatação, decorre, também, a necessidade do concurso de outras áreas do conhecimento, como as ciências humanas e sociais. Esse é, sem dúvida, um dos desafios que está sendo colocado a todos os que tentam avançar na compreensão e solução do conjunto dos problemas "sócio-ambientais" da atualidade<sup>4</sup>.

### 3 - A GESTÃO AMBIENTAL ANTES E DEPOIS DE 1992

Como tentar identificar o que de velho e de novo havia na gestão ambiental praticada antes e depois de 92. Definiu-se 92 porque há consenso de que se constituiu no momento onde houve uma maior explicitação do processo de ampliação da consciência para as questões ambientais. Mas algumas mudanças identificadas certamente se iniciaram antes dessa data, sendo 1988 o momento talvez mais significativo em virtude da nova Constituição e de eventos institucionais importantes, pelo menos aqui no Brasil.

Foram tomados, principalmente de Capra (1982) e de Boaventura (1995), mas também de outros, alguns indicadores, se pode chamar-se assim, para ajudar a identificar características através das quais fosse possível designar um evento como "familiar" ao paradigma dominante ou ao novo paradigma. Disso resultou o quadro seguinte:

Paradigma Dominante	Novo Paradigma
• <i>reativo</i>	• <i>antecipativo/pró-ativo</i>
• <i>co-dependência</i>	• <i>interdependência</i>
• <i>temporalidade/curto prazo</i>	• <i>médio-longo prazo/geracional</i>
• <i>centrado nos problemas</i>	• <i>centrado nas oportunidades</i>
• <i>ênfase ciências sociais</i>	• <i>engenharias</i>
• <i>determinismo</i>	• <i>incerteza</i>
• <i>temas isolados</i>	• <i>interdisciplin.intersetorial.integração</i>

<sup>4</sup> Por tudo isso, montar um curso ou uma disciplina de gestão ambiental é, hoje, extremamente difícil, tantas são as inter-relações e a falta de uma epistemologia para acessar essa nova forma de ver a realidade.



A evolução da gestão ambiental e as transformações ocorridas no período anterior e posterior a 1992 podem ser resumidas conforme o quadro abaixo:

**QUADRO RESUMO DA GESTÃO AMBIENTAL  
ANTES E DEPOIS DE 1992**

ANTES DE 1992	DEPOIS DE 1992
<p>Quanto à legislação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fácil aprovação (força do executivo)</li> <li>• Polarização uso – controle</li> <li>• Preserv./controle poluição</li> <li>• Idealizada qto às metas</li> </ul> <p>Qto às instituições/gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demandas voltadas p/ controle da poluição industrial</li> <li>• Marginais e limitadas</li> <li>• Escassos recursos para desenvolvimento institucional</li> <li>• Gestão c/ ênfase no controle pontual e imediato</li> <li>• Ausência de participação</li> <li>• FNMA apenas formal</li> <li>• Protocolo Verde c/ maior movimentação de investimento</li> </ul> <p>Quanto aos atores</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agências governamentais de meio ambiente e movimentos ambientalistas.</li> <li>• Interesses resistentes à ação do estado: poluição da pobreza, soberania, pagamento serviço da dívida, tradição na ocupação fronteiras</li> <li>• Indiferença setores governamentais</li> <li>• Meio ambiente fora da agenda do planejamento</li> <li>• Ministério Público não atuante</li> <li>• Agências de financiamento introduzindo EIA-RIMAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificil aprovação no legislativo</li> <li>• Polarização uso - controle</li> <li>• Preservação -controle degradação</li> <li>• Idealizada qto. a operacionalidade</li> <li>• Amplitude e complexidade de demandas</li> <li>• Instituições relevantes e limitadas</li> <li>• Desperdício de recursos em desenvolvimento institucional</li> <li>• Discurso na sustentabilidade, no longo prazo e ação no controle da degradação no curto prazo</li> <li>• Maior participação e parceria</li> <li>• FNMA dinamizado</li> <li>• Protocolo Verde com recessão</li> <li>• Setores governamentais Ministério Público, Mov. Sociais e Ag.de Financiamento.</li> <li>• Medidas de ajuste, crise do Estado, ocupação das fronteiras,</li> <li>• Setores governamentais e produtivo c/ discurso mais "ambientalizado"</li> <li>• Meio ambiente fora da agenda mínima do planejamento</li> <li>• MP muito atuante</li> <li>• Agenc.financ.impondo agendas e exigindo posicionam do governo</li> </ul>

#### 4 - AS LIÇÕES DE CARUARU

*Que é isso, a modernidade? (M.Heidegger)*

##### • O que aconteceu em Caruaru?

O ano de 1996 foi marcado por uma série de catástrofes na área de saúde. Bebês de Roraima, velhinhos da Clínica Santa Genoveva no Rio de Janeiro, crianças submetidas a vacinas estragadas contra meningite em São Paulo e as vítimas da hemodiálise de Caruaru, em Pernambuco. A saúde vai mal e a contraproduzividade do sistema médico pior ainda. A própria "cura" mantendo. Um prato cheio para as análises de Ivan Illich e seus seguidores.

O mais impressionante, entretanto, foi o episódio, emblemático em muitos sentidos, da intoxicação dos doentes submetidos a hemodiálise em Caruaru. Lá, no espaço de sete meses, sessenta e quatro vidas foram levadas a conta-gotas, conforme diariamente jornais e televisão adentravam nas nossas casas para anunciar. Foi o mais longo e cruel dos desastres, ocupando a imprensa durante todo o ano<sup>5</sup>.

A primeira morte por hepatite tóxica ocorreu em 20 de fevereiro, numa terça-feira de carnaval. Um mês depois, o caso estava nas primeiras páginas dos jornais anunciando que o número de vítimas se estendia a 24. A gravidade da situação levou o delegado de polícia local a referir-se ao caso como "uma chacina". Segundo ele, com toda a fama de violência que tem a região, ou todo desapego cultural à vida, nunca se viu tanta morte.

As primeiras notícias diziam tratar-se de excesso de cloro na água utilizada pelo Instituto de Doenças Renais-IDL nas filtragens de sangue feitas pelos equipamentos de hemodiálise. A Companhia Pernambucana de Saneamento alegou fornecer água, por solicitação da clínica, sem tratamento, entregue em caminhão-pipa, apenas com a cloração feita pelo próprio motorista, o qual revelou depois, receber, para tanto, uma "latinha de esmalte sintético" com o produto<sup>6</sup>.

Caruaru é uma cidade que fica no agreste pernambucano. Ninguém imaginaria que a "modernidade" do rim artificial da hemodiálise, tão sofisticada, tão complexa, já tivesse chegado lá. Parece um milagre. Lá onde parece

<sup>5</sup> Em pesquisa feita no jornal Folha de São Paulo via Internet, no ano de 1996 entre fevereiro e dezembro apareceram 277 notícias que foram publicadas nas mais variadas seções: primeira página, Cotidiano, Brasil, Dinheiro, Opinião e caderno Mais.

<sup>6</sup> Folha de São Paulo de 26/03/96.



que todos os homens se chamam Severino. A chamada "capital do forró", uma cidade que se confunde com uma imensa feira de charque e farinha. Todo mundo com a cara das figuras de barro do Mestre Vitalino, como se fossem cangaceiros em tempo de paz. O normal seria que lá as pessoas adoecessem de esquistossomose e malária e que morressem em decorrência disso, quando não se tratasse de "morte matada". Pensava-se que a substituição das doenças infecciosas pelas doenças crônicas degenerativas que atacam coração e rins acontecesse só nas sociedades ditas industrializadas.

Surpreendentemente, Caruaru não tem só uma, mas *duas* clínicas que fazem hemodiálise. Os donos são os mesmos sócios de outras três. Essas cinco clínicas custam a bagatela da metade dos recursos do SUS<sup>7</sup> para esse tipo de tratamento em Pernambuco. Eu nunca conheci ninguém que precisasse fazer hemodiálise. Porque será que há toda essa incidência em Caruaru? Caruaru era um lugar onde tinha uma fila de 126 pessoas absolutamente indefesas esperando morrer.

Lá pela 30a morte, mais de um mês depois, o laboratório Adolfo Lutz e outros da Inglaterra e dos Estados Unidos confirmam que o problema não é devido ao cloro mas que também não sabem a causa. Reconhecendo ser impossível deter a doença, sabe-se também que as 126 pessoas que se submeteram a tratamento de hemodiálise no IDR em meados de fevereiro correm risco de vida. A clínica é fechada e os doentes são transferidos para Recife.

A notícia chega ao Ministério da Saúde, que manda investigar todas as unidades de hemodiálise do país. A Secretaria de Saúde de Pernambuco manda analisar a água de todas as clínicas que oferecem esse tratamento. O caso está sendo investigado pela Polícia Civil de Pernambuco, pela CPI da Assembléia Legislativa e pelo Conselho Regional de Medicina

Beirando a 40a morte, em meados de abril, depois de haverem sido remetidas amostras de água para uma série de laboratórios no país e no exterior, pesquisadora da UFRJ descobre a presença, nos filtros dos equipamentos do IDR, da toxina microcistina-LR, proveniente de microalgas. Desenterram-se os mortos e fica confirmada a toxina como causa da hepatite tóxica. Mais tarde, a presença da toxina é constatada, também, na barragem de Tabo-

<sup>7</sup> Pernambuco tinha na ocasião 16 clínicas de hemodiálise. Dessas, Cinco pertenciam aos mesmos sócios do IDR. Essas 5 receberam, em 95, R\$6,22 milhões, o equivalente a 47,5% do total de recursos repassado pelo SUS para as 16 instituições naquele ano. Folha de São Paulo de 20/04/96.

cas, manancial de abastecimento de Caruaru, no caminhão-pipa que levava a água e no reservatório do IDR.

Em paralelo, uma lei federal autoriza o pagamento de indenização de um salário mínimo aos familiares dos mortos, o Ministério da Saúde baixa portaria regulamentando o setor de hemodiálise, o BNDES abre linha de financiamento para estimular a substituição de equipamentos obsoletos.

#### • Lições aparentes e outras nem tanto

Fica claro que um episódio como esse suscita reflexões de diferente natureza, categoria e nível. Entretanto, causa surpresa constatar que o que foi percebido ao longo dos acontecimentos - ou o que ficou depois do "esquecimento" da "fatalidade" - é bastante limitado, levando-se em conta a magnitude e ineditismo do evento. O que aparentemente ficou na consciência social, incluindo-se governantes e governados, refere-se sobretudo ao comportamento "*operacional*" de algumas das estruturas de governo ligadas à área de saúde e à exploração do serviço privado de hemodiálise.

Muito longe de configurar um debate, os principais pontos que foram levantados ao final de um ano de veiculação de notícias sobre o que ficou conhecido como a "tragédia de Caruaru", foram:

- ⇒ a confirmação da falência do sistema de saúde que é praticado (para tanto basta prestar atenção no nome - auto-explicativo - da clínica pivô de toda esta história: Instituto de "Doenças" Renais);
- ⇒ a constatação de quanto é lucrativa<sup>8</sup> a prestação do serviço de hemodiálise;
- ⇒ a generalizada falta de análise da água pela maioria das clínicas que prestam esse serviço no país;
- ⇒ a obsolescência dos equipamentos em uso;
- ⇒ a omissão das Secretarias de Saúde na fiscalização das unidades de hemodiálise;
- ⇒ a falta de normas adequadas do Ministério da Saúde.

Da mesma forma *operacional* como foram percebidos os problemas, eles foram *operacionalmente* resolvidos: o Ministério regulamentou o serviço através da Portaria 2042/96, as clínicas terão que analisar a água a cada três meses, o BNDES passou a emprestar dinheiro para a compra de novos

<sup>8</sup> Os jornais chegaram a referir-se ao caráter atrativo do setor às empresas estrangeiras. Folha de São Paulo de 03/11/96.





equipamentos, e, quem sabe, o número de unidades de hemodiálise já tenha até aumentado, como resposta ao seu reconhecimento como atividade lucrativa... Mais "máquinas", portanto, e por suposto, "operando corretamente" como se isso fosse toda a verdade, como se isso fosse o tudo. Numa situação em que não foram imputados valores, ou esses foram se esvaziando, é a "coisa" que passa a adquirir valor em si.

Essa é a primeira lição desse acontecimento e diz respeito à nossa condição de seres humanos e ao nosso destino comum na modernidade: a associação com a questão da alteridade e com as implicações éticas do seu reconhecimento.

O episódio de Caruaru demonstra em todo o tempo do seu desenvolvimento que não há alteridade. Não se reconhece um primado do "outro". Nessa nossa contemporaneidade, a questão do outro não é fundamental nem para a economia nem para a teoria política. Onde não há "o outro" não há Ética alguma. Em Caruaru, não é fundamental nem para a testemunha nem para a memória do que aconteceu. E o que aconteceu, foi reduzido a um mero "acidente hospitalar". A idéia de verdade se desvincula da Ética para se identificar com o "operacional". Verdadeiro é o que é eticamente neutro - não vinculado a valores - é aquilo que é operativamente correto<sup>9</sup>.

Não se tratava daquelas dezenas de severinos morrendo um a um, mas de um equipamento que funcionou mal, e que, para resolver o problema bastava regularizar sua operação. Tudo se deu, ao final, como se todos na sociedade, numa grande cumplicidade, se pusesse de acordo em "refazer o manual" de operação dos equipamentos de hemodiálise. É o tecido social, os laços de solidariedade que constituem a trama de uma sociedade, sendo substituídos por uma fabricação (Dupuy, 1977).

A segunda lição é sobre a percepção do meio ambiente. Diz Nasr (1977) que há muita superficialidade no entendimento dos problemas ambientais porque faz-se apanhado de efeitos e não se pergunta pelas causas. Caruaru não o desmente. Ele afirma, também, que as causas desses problemas advêm das especificidades do encontro do homem e a natureza, o qual tem sido de cunho utilitarista. Em Caruaru, tudo aconteceu num estágio muito anterior, já que não aparentava ter havido relação alguma.

Assim como a doença foi vista como algo que "apareceu", a água utilizada no processo de hemodiálise "caiu do céu". Nas referências da imprensa

<sup>9</sup> Bartholo Jr, de *A sombra dos minaretes*, em *A dor de Fausto* 1992. Devan. RJ.

sobre a matéria,<sup>10</sup> a única associação com o meio ambiente é feita pelos advogados do IDR, ao alegarem na defesa, que nenhuma culpa deveria ser imputada à clínica, já que se tratava de um "acidente ecológico"<sup>11</sup>.

O caso ficou, então, reduzido a um "acidente hospitalar". Nem jornalistas, nem políticos, nem a sociedade em geral se perguntou "afinal, de onde vinha essa água? Como apareceu essa microcistina?" Mais grave ainda quando se sabe que mesmo que a clínica tivesse feito as análises recomendadas para controle da água, não teria detectado a presença da toxina, que demanda tipo de análise muito específico, ausente dos monitoramentos comuns.

A microcistina é uma toxina decorrente de microalgas azuis (microscópicas) - as cianofíceas - que proliferam nos mananciais em consequência de problemas de poluição orgânica. A floração desse tipo de algas está ficando comum nos mananciais eutrofizados\* em todo o país e a toxina liberada não é eliminada com o tratamento normalmente utilizado nos sistemas de abastecimento. Estudos têm demonstrado que a longo prazo ela pode causar, nos consumidores da água, a incidência de câncer no fígado. A curto prazo, intoxicações agudas, como a hepatite tóxica que atingiu as vítimas da hemodiálise, com a contaminação diretamente através do sangue<sup>12</sup>.

O elemento mais importante dessa análise é que, no caso de Caruaru, a ocorrência da microcistina vinha dos processos de eutrofização causados pela utilização de fertilizantes em cultivos às margens da Barragem Taboacas, que abastece a cidade. Isso caracteriza aquilo que foi considerado "fatalidade hospitalar" como um problema claramente ambiental.

No desenrolar dos acontecimentos, olhados apenas os aspectos "operacionais" da questão, a pergunta "de onde vem a água" não ocorre. É a natureza dessacralizada do processo civilizatório industrial, como lembra

<sup>10</sup> Foram consultadas 277 referências à "hemodiálise & Caruaru" nas edições da Folha de São Paulo em 1996 e 36 em 1997, via Internet.

<sup>11</sup> Isso do "ambiental" virar uma questão do judiciário chama a atenção. O argumento dos advogados do IDR foi que mesmo que tivessem feito as análises da água conforme mandam os procedimentos, a contaminação da água pela toxina não seria detectada. Valeria a pena resgatar como se deu e o que aconteceu sobre essa discussão no tribunal.

\* Quando há excesso de matéria orgânica na água (poluição), consumindo todo seu oxigênio - o ambiente fica morto.

<sup>12</sup> As informações sobre a toxina, sua dinâmica e problemática geral dos recursos hídricos foram formecidas em junho/1997 pela ecóloga da CETESB, Rita Cerqueira Ribeiro de Souza, cuja tese de doutorado trata de Planejamento de Bacias Hidrográficas.



Bartholo (1986), se transformando em um mundo exterior de fatos. A técnica decorrente da possibilidade de fabricar objetos, a liberdade do *homo faber* de alterar e substituir a natureza, essa idéia de uma irrestrita factibilidade das coisas que nos leva, afinal, à criação de uma segunda natureza onde habitamos (Freyer, 1969).

Diante de um caso como esse, não é difícil imaginar a inutilidade geral dos programas de educação ambiental em execução por todo o país. Quase sempre são panfletários mera prescrição de comportamentos tipo “certo e errado” e desenhos abstratos dos ciclos biogeoquímicos, sem nenhuma associação com nada do mundo palpável. Será que tem algum programa que comece, por exemplo, com “abrindo uma torneira” ou “acendendo um interruptor de luz” e perguntando “como esse milagre acontece?”

Da mesma forma que a produção industrial das coisas, os serviços proporcionados pela natureza e pelos recursos naturais também são invisíveis, distantes e aparentemente à revelia total do usuário. A água ou a energia são percebidas como uma coisa que foi “fabricada” por alguém em algum lugar. E no caso de Caruaru isso fica claro quando reduz-se o problema a uma questão meramente operacional, da análise que a clínica deveria ter feito na água que apareceu ali por encanto, e que afinal, nada teria evitado porque a toxina não seria detectada nos exames usuais, remetendo o problema inevitavelmente para mais além.

A terceira lição diz respeito ao papel e finalidade das instituições. A Empresa de Saneamento, que detém a concessão para uso da água em Pernambuco e é responsável por manter a sua qualidade saiu ilesíssima durante o decorrer da história. Constatando-se que a causa da contaminação não era devida a excesso de cloro, como se suspeitava no início das investigações, ela foi automaticamente absolvida de qualquer possível pecado passado, presente ou futuro. Por alienação ou omissão, a própria sociedade estava *legitimando* que a sua finalidade não era outra senão a de “vender a água”.

A agência estadual de meio ambiente, por sua vez, não tomou conhecimento nem, tampouco, foi cobrada de coisa alguma. Provavelmente estava entretida com os “resquícios” da Mata Atlântica em Pernambuco, patrimônio das gerações futuras, ou com outros itens da “agenda verde”, com a qual se ocupa, nesta década, a gestão ambiental brasileira. O Ministério do Meio Ambiente foi igualmente ausente.

O município, o *locus* onde as coisas acontecem, foi absolutamente inexistente - ou como acontece com as pessoas físicas - considerado absoluta-

mente incapaz, como os menores de idade. Como é que se pode fechar os olhos ao fato de que ele abrigava um manancial e as atividades ao seu redor? E que tinha duas clínicas de hemodiálise sob sua tutela? E que 126 de seus moradores estavam lá “acabando de morrer”?<sup>13</sup>

O Ministério da Saúde demorou um mês para reconhecer o problema e tomou as providências referidas: mandou transferir os doentes para Recife, fiscalizou e tomou conhecimento da situação das unidades existentes no país, baixou portaria regulando o serviço e acertou a abertura de uma linha de financiamento com o BNDES. Nunca nenhuma autoridade sanitária se perguntou porque havia tantos doentes renais em Caruaru.

Com toda sua estrutura de instituições e número de profissionais à disposição do sistema, a descoberta da toxina como causa da intoxicação não partiu de nenhum de seus associados. Partiu da iniciativa individual de uma professora universitária da UFRJ. Foi expedito em negociar financiamento para equipamento, mas nenhuma ação tomou nem nenhuma articulação empreendeu quanto às condições ambiental e de saneamento do país, o que é emblemático para demonstrar a quantas anda o conceito de saúde que vem praticando.

Chama a atenção particular, também, a situação dos laboratórios existentes no país. Sem falar nos das áreas de saúde e de meio ambiente, só na área de saneamento, cada empresa de água de cada um dos 26 estados tem o seu. Nenhum deles pareceu ter entre suas prioridades a capacidade de análise para caso como esse da microcistina, mesmo com a constatação de que grande parte dos mananciais tem problemas de proliferação de microalgas e de variados tipos de toxinas em decorrência dos processos de poluição a que vêm sendo submetidos.

Mas não foram só as instituições do governo a estarem ausentes ou alienadas no episódio. Como espelho da própria sociedade, nem melhor nem pior, as organizações não-governamentais foram absolutamente omissas com relação ao caso. Como puderam, com mais de um ano de permanência diária na imprensa? Nem as ambientalistas, nem as de saúde pública, nem as de direitos humanos. Nenhuma se manifestou, nenhuma mediou interesses, nenhuma se solidarizou. As dezenas de vítimas de Caruaru, como verdadeiros excluídos, não existiam em nenhuma das agendas, governamentais ou não.

As lições que nos dá Caruaru são as lições da civilização refletindo sobre si mesma nessa época que chamamos de modernidade. A falta de alteridade -

<sup>13</sup> “Fiquei aqui acabando de morrer” foi como se expressou uma das vítimas, já que saber-se intoxicado era como haver sido condenado à morte.



do "outro" - e a prevalescência de uma ética operacional, sem responsabilidade pela dignidade da pessoa humana; a alienação da natureza e uma relação meramente utilitarista com ela; e, a institucionalização da ilimitada factibilidade das coisas, através de instituições desvirtuadas de suas finalidades. Tudo pode ser transgredido, ninguém quer ser restringido.

## 5 - SERRA DA MESA, A BALBINA DOS ANOS 90?

Em outro setor - o elétrico -, um evento indicador dos rumos da gestão ambiental nesta década foi o episódio da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, no Rio Tocantins, Estado de Goiás.

Prevista há quarenta anos e começada há dez, Serra da Mesa é uma hidrelétrica entre média e grande, com produção considerada desproporcional à sua área inundada, nos profundos vales formadores do Rio Tocantins. Deverá produzir energia para o Centro-Oeste, Sul e Sudeste e foi chamada "o último dinossauro da ideologia do Brasil Grande".

Serra da Mesa pertence a Furnas e à Nacional Energética S/A, que detém 51% do seu capital. A Nacional Energética pertencia ao Banco Nacional e foi encampada, em administração temporária, pelo Banco Central. Antes de 1994 a obra de Serra da Mesa era estatizada, tendo sido privatizada naquele ano. Se o Banco Central não conseguir leiloá-la<sup>14</sup>, a manutenção da sua tutela seria, na prática, uma reestatização.

Em meados de 1996, uma liminar da Justiça Federal do Estado do Tocantins impediu o fechamento das comportas de Serra da Mesa alegando a falta de licença do IBAMA, a falta de autorização do Congresso, por tratar-se de aproveitamento hídrico em terras indígenas e a necessidade do depósito prévio de R\$16,142 milhões para aplicação em programas ambientais nos municípios afetados. O lago do reservatório invadiria parte de reserva indígena e um número considerável<sup>15</sup> de sítios arqueológicos, além dos danos às populações da região e à flora e à fauna. Um mês depois, o Tribunal Federal de Recursos suspendeu a liminar alegando "lesão à economia pública".

Não é surpreendente que uma obra consiga passar despercebida durante dez anos como se tivesse surgido na calada da noite! Como se explica que com toda ampliação da consciência, nova Constituição, Conferência Rio-92,

<sup>14</sup> Em agosto de 96 houve uma tentativa fracassada de leilão, no qual não houve nenhum lance. (Folha de São Paulo 16/08/96).

<sup>15</sup> 91 sítios pré-históricos e 203 posteriores a 1500. Folha de São Paulo 26/10/96.

Agenda 21, criação do IBAMA, criação do Ministério do Meio Ambiente, ambientalização do setor elétrico, capacitação dos órgãos ambientais, aprimoramento dos instrumentos de gestão, ONG's e patrulhas ecológicas, Ministério(s) Público(s) etc, ela tenha passado por todas essas "barreiras"?

Alguma coisa deve estar errada. O licenciamento de uma obra dessas, nos tempos de hoje, pode não ser indicador de sucesso da gestão ambiental. Mas a falta da licença, nestes mesmos tempos, certamente é indicador de fracasso ou de impacto negativo. Onde é que estavam todos? Dos governos federal, estaduais, municipais, Senado, Câmara, só o juiz do Tocantins é que estava de plantão!

## 6 - ORGANIZANDO A LÓGICA DA MUDANÇA

Retomar os indicadores selecionados no item anterior e cruzá-los com as mudanças observadas antes e depois de 1992, permitiu organizar, genericamente, a lógica dessas mudanças da seguinte forma:

### • Reativo/pró-ativo

Mesmo considerando o fluxo e natureza multidimensionais das demandas atuais, a dinâmica das respostas continua reativa, centrada no controle e excessivamente pontual.

A forma reativa de exercer o controle é concentradora de recursos e insustentável no panorama atual de crise e reforma do Estado. Utilizando-se de grande parte dos incertos e escassos recursos humanos e materiais das instituições, o controle tradicional acaba por ser sempre insuficiente e ineficiente e por não deixar àquelas espaço para experiências mais pró-ativas e voltadas para o longo prazo. O mais apropriado para a situação atual seria operacionalizar o controle através de parâmetros auto-sustentáveis: fazendo uso da parceria, da terceirização, da cobrança pelos serviços, da descentralização, da racionalização dos procedimentos atuais (por exemplo, do licenciamento) etc. Essa forma de exercer o controle daria maior fôlego (poupando tempo, espaço e recursos) aos órgãos para que pudessem dedicar-se a alcançar níveis mais pró-ativos de gestão.

### • Curto prazo/longo prazo

Esse é, também, um dos passos mais difíceis que a gestão ambiental teria que dar. A dificuldade de empreender opções para o médio longo prazos não é exclusividade da área ambiental. Tudo nesta civilização parece levar, de uma forma natural, ao primado excessivo do presente, em parte como



decorrência das pressões da cultura do consumo. Isso não cria na sociedade ou no cidadão as condições ideais para despertar a preocupação e os compromissos com as futuras gerações, motivação principal dos programas e das metas de longo prazo. Por outro lado, o excesso de informações, a pressão para gastar rapidamente, a falta de um fluxo estável de aporte de recursos que afeta as instituições e seu atrelamento a uma visão reativa dos problemas também dificultam o estabelecimento de metas e a formulação e execução de programas de médio e longo prazos.

#### • Problemas/oportunidades

Esses aspectos são relacionados ao caráter reativo ou pró-ativo. Sendo o caráter reativo o que é ainda dominante, a possibilidade de abertura às oportunidades é inviável ou pouco explorada. A inviabilidade decorre da falta de prioridades e mesmo de uma agenda própria para a gestão ambiental. Se o que há é reação, não há necessidade de agendas. E na falta destas, fica difícil até identificar uma oportunidade quando ela ocorre. A falta de flexibilidade das estruturas burocráticas também contribuem para isso.

A falta de uma agenda leva a distorções e desperdícios. Vários dos projetos com financiamento externo são praticamente impostos de cima para baixo, não porque o governo não participe de sua elaboração, mas porque chegam cheios de condicionamentos vinculados às agendas dos doadores, sobrando pouco terreno para dar vazão às necessidades reais. Termina-se por gastar dinheiro e tempo em coisas que não seriam aquelas necessárias. Por que não há uma agenda? Não será pela mesma razão de porque não se sabe dos problemas fundamentais, do seu contexto e das suas prioridades? A dificuldade do sujeito, a dificuldade de lidar com a temporalidade intergeracional, que remete às metas de médio e longo prazos e à dificuldade de identificar o “inimigo”?

#### • Enfoque ciências físicas e biológicas/ciências sociais

A diversidade de atores e signatários de demandas que hoje estão envolvidos com a gestão ambiental, assim como os avanços em termos de participação e consultas, têm aproximado mais a sociedade das ações e decisões do governo. Esse aspecto e o reconhecimento das questões ambientais como questões sócio-ambientais tem despertado nos gestores, parceiros e estudiosos a necessidade de recorrerem às ciências sociais para buscar maior compreensão dos fenômenos e formas de intervenção mais adequadas.

#### • Retórica e inação

A gestão ambiental, no período logo após 1992, tem sido identificada como de alta retórica e limitadas realizações (Moura, 1996), o que veio a se agravar, de certa forma, com a agudização da crise do Estado no período atual. Isso significa que houve consideráveis avanços no aprimoramento do discurso ambientalista, dentro e fora do governo, ultrapassando-se o limitado ideário do “controle da poluição” para abranger o da complexidade do “desenvolvimento”, particularmente o da sua sustentabilidade. Ocorre, entretanto, que os avanços do discurso não têm sido acompanhados pelo avanço correspondente em realizações. Não é que nada seja, ou tenha sido feito. Mas que aquilo que é realizado não encontra ressonância no novo discurso, ficando atrelado ao velho.

Praticamente todas as iniciativas que se vinculam ao novo discurso e que decorrem das idéias e compromissos gerados a partir da Conferência Rio-92 têm tido muita dificuldade político-institucional de serem efetivadas. Exemplo disso é a formulação da Agenda 21. Mas o problema atinge muito mais amplamente as iniciativas do dia-a-dia: tudo que se refere ao trabalho articulado, intersetorial, compartilhado, seja para definir uma política para o lixo ou as interfaces do ambiental com saúde e saneamento, todos estão de acordo com as propostas, mas elas não conseguem vingar porque as instituições permanecem impermeáveis ou porque não há a quem possam ser endereçadas. Talvez essa constatação seja a tonalidade da gestão ambiental atual: há espaço para o velho fluir mas não para o novo. A criação do espaço do possível é o ponto de ruptura ou de mutação que propiciará a passagem do paradigma dominante para o novo paradigma.

Criticada por ser, entre outras coisas, inflexível, economicamente ineficiente e injusta, incapaz de monitorar e controlar os bilhões de materiais e transformações de energia que acontecem a cada dia e incapaz de estimular o setor privado a adotar comportamentos progressivamente mais ambientais, esse modelo de gestão não atende aos requisitos desta nova era (Moll, 1995).

#### • Os mitos criados pelas avaliações, as prioridades da agenda verde e as gerações futuras

Além dessas conclusões genéricas, é preciso agregar-lhes um questionamento dos mitos trazidos pelas recentes avaliações que vêm sendo feitas de projetos ambientais com financiamentos externos. Reiteradamente, essas avaliações têm coincidido nas seguintes constatações:

- ⇒ a ampliação da consciência da sociedade como um todo, com relação ao meio ambiente;
- ⇒ o fortalecimento e capacitação dos órgãos ambientais;
- ⇒ a permeabilidade do "ambiental" nos setores governamentais

Infelizmente, as histórias de Caruaru e Serra da Mesa estão demonstrando justamente o contrário: a sociedade como um todo "cochilou" nos dois episódios. Nem parecia que se tratavam de problemas ambientais. Os órgãos ambientais foram absolutamente omissos. Com todos avanços detectados não foram capazes de acionar os instrumentos "feijão-com-arroz", como o licenciamento e o EIA-RIMA. No caso de Caruaru nem sequer percebeu até hoje que se tratava de um problema ambiental. Tampouco, os setores governamentais permitiram-se ambientalizar. O setor elétrico brincou de morto, mesmo depois de tantos investimentos, desastres e condenações das duas últimas décadas. Saúde e Saneamento perderam de vista sua finalidade. Não se articulam entre si e nem o ambiental com eles. Diante desse total desconhecimento do sujeito, indiferença setorial, falta de diálogo e de uma mínima articulação, como se pode seriamente pensar que se vai construir uma Agenda 21?

Realmente, demonstra-se, na prática, que a agenda brasileira "enverdeceu"<sup>16</sup>, perdendo-se com isso uma visão das prioridades concretas da sociedade<sup>17</sup>. Diante de tantos desafios que representam olhar de frente a realidade, deve ser bem mais fácil pensar descomprometidamente nas gerações futuras.

## 7 - OUTROS SINAIS VINDOS DO LADO DE FORA

A gestão ambiental praticada, hoje, no Brasil, mais envelheceu que renovou-se. Houve uma mudança de padrão que permitiu a individualização, a existência em si mesma do "ambiental" como categoria e da gestão no sentido estrito, expressa principalmente pelos avanços normativos e institucionais. Essa padronização deu-se em torno da característica reativa que hoje está se esgotando e suscitando uma nova padronização em torno de outros elementos. Como visto, em determinados estágios de desenvolvimento de um indivíduo

<sup>16</sup> "Verde" de florestas, em contraposição, segundo o jargão ambientalista, "a agenda "marrom" que trataria das questões ambientais ligadas ao desenvolvimento, como por exemplo as questões de saneamento.

<sup>17</sup> Essa situação faz lembrar a reunião do G-7 em Huston, imediatamente antes da Conferência de 92. O que estava em discussão era um acordo sobre a redução das emissões de gases do efeito estufa. Mas diante da impossibilidade de chegarem a isso, acordaram em apoiar as florestas tropicais e criaram o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, o PPG-7. Esse Programa Piloto jamais, desde então, deixou de ser lembrado sem seu "sobrenome G-7".



ou de um sistema, a mudança de padrão ocorre pela interação ou troca de informações entre o ambiente interno e o externo. Isso significa, também, que a leitura ou organização da mudança pode ser possibilitada pelo conhecimento dos elementos externos que interagem com os internos.

Continuar a buscar elementos de fora poderia muito contribuir para aperfeiçoar a leitura dos rumos que estão sendo tomados. Elementos de fora a serem considerados são, por exemplo:

⇒ O movimento de demandas no âmbito do Poder Judiciário<sup>18</sup>, incluindo o tipo de ações relativas ao meio ambiente que vêm sendo interpostas, os temas e onde geograficamente eles incidem, a qualificação das partes, o mapeamento das diferentes decisões que estão sendo proferidas pelos tribunais;

⇒ No âmbito do Legislativo não só os projetos de lei interessam. Na verdade, suspeita-se que lá tem sido o "locus" privilegiado para a sementeira das propostas estratégicas que tocam o longo prazo e que poucos sabem que existem, como os de transportes intermodais, hidrovias, transposições de rios etc;

⇒ Um mapeamento das experiências de execução de projetos diretamente pelas comunidades, tão difundido atualmente mas que carece de visão de conjunto: o que deu certo, porque, onde, de que forma, em que condições;

⇒ As recentíssimas demandas decorrentes das relações de mercado: a importação de pneus usados, a "recusa" de alimentos contaminados no âmbito do Mercosul etc.

⇒ E quanto aos desastres? Será que não há nada para aprender com episódios como o da hemodiálise de Caruaru, onde depois de um tremendo entranhamento de culpados e de vítimas, acaba configurando-se como um problema de contaminação de manancial pela utilização de fertilizantes em plantações nas suas margens? Quem é o sujeito? Quem são os inimigos? Onde começa o ambiental? Quem é o Estado?

É um momento paralisante tanta é a complexidade. No novo paradigma, todas as formas de conhecimento são válidas. Assim, passa a ser importante considerar o que é diferente, o que é singular, porque nesses achados podem estar contidas as forças mobilizadoras da transformação.

<sup>18</sup> O Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/IPEA, 1996) chama a atenção para o incrível aumento de demandas no judiciário em função da Constituição de 1988 e de um indiscutível maior exercício da cidadania.

## 8 - BIBLIOGRAFIA

- .SANTOS. Boaventura de Souza (1995). Pela Mão de Alice. São Paulo. Cortez Editora.
- .LAND, George & JARMAN, Beth (1990). Ponto de Ruptura e Transformação - Como entender e moldar as forças da mutação. São Paulo. Cultrix.
- .CAPRA, Fritjof (1982). O Ponto de Mutação - a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo. Cultrix.
- .MORAES. Antonio Carlos Berbert. (1994). Meio Ambiente e Ciências Humanas. Hucitec. São Paulo.
- .BARTHOLO Jr, Roberto. 1986. Os Labirintos do Silêncio- Cosmovisão e Tecnologia na Modernidade. Marco Zero/Coppe/UF RJ. Rio de Janeiro.
- .FREYER, Hans. 1969. Teoria da Época Atual. Zahar. Rio de Janeiro.
- .BUARQUE, Cristovam. 1994. A Revolução das Prioridades - da modernidade técnica à modernidade ética. Paz e Terra. São Paulo.
- .DUPUY, Jean Pierre. 1980. Introdução à Crítica da Ecologia Política. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- .NASR, Seyyed Hossein. 1977. O Homem e a Natureza. Zahar. RJ.
- .BUBER, Martin. 1979. Eu e Tu. Cortez & Morais. São Paulo.
- .BARTHOLO JR, Roberto. 1992. A Dor de Fausto. Devan. RJ.
- .ILLICH, Ivan. 1975. A expropriação da saúde - Nêmesis da medicina. Nova Fronteira. São Paulo.
- .BRASIL. Presidência da República/CIMA. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável-Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília. Cima. 1991
- .MOURA, Adriana Magalhães de. (1996). Sustentabilidade Política & A Política Ambiental Federal no Brasil-1989-1994. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Departamento de Ciência Política. Brasília-DF.
- .MOLL, Arthur. (1995). The refinement of production. Ecological Modernization Theory and the chemical industry. Utrecht - Publisher van Arkel.
- .CERQUEIRA, Flora (1997) A agenda verde, as gerações futuras e as lições de Caruaru. Paper, Brasília.
- .CERQUEIRA, Flora (1996) Sinais Paradigmáticos da Gestão Ambiental. paper. Brasília
- .CERQUEIRA, Flora (1988) As novas demandas ambientais e a capacidade de resposta do Estado. paper - Brasília.

## Web sites visitados:

- <http://fws.uol.com.br/folio.cgi/folha96.nfo/query=hemodiálise+caruaru>
- <http://fws.uol.com.br/folio.cgi/folha97.nfo/query=hemodiálise+caruaru>
- <http://fws.uol.com.br/folio.cgi/folha96.nfo/query=serra+da+mesa>

## Textos já publicados:

- A DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA  
*Augusto de Franco*
- ONGs, POLÍTICAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS E DIREITO À INFORMAÇÃO  
*Homero de Souza Júnior*
- MANIPULAÇÃO DE INFORMAÇÕES. TERRORISMO OU DESINFORMAÇÃO. CONTORNOS DE UMA TRAGÉDIA.  
*Homero de Souza Júnior*
- JANELA ORÇAMENTÁRIA  
*Homero de Souza Júnior*
- ÉTICA NOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS  
*Homero de Souza Júnior*
- A REVISÃO CONSTITUCIONAL PODE PREJUDICAR A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL  
*Antônio Inagê de Oliveira*
- AGORA DÁ PRÁ DIZER: REVISÃO CONSTITUCIONAL É GOLPE!  
*Júlio M.G. Gaiger*
- MEIO AMBIENTE: OS SINAIS DE ALERTA NA REVISÃO CONSTITUCIONAL  
*Maristela Bernardo*
- PARA OS ÍNDIOS FAZEREM MAIS FESTAS  
*Júlio M. G. Gaiger*
- FOME, MISÉRIA E DÍVIDA EXTERNA  
*Deputado Carlos Alberto Müller Lima Torres*
- O PAPEL DA ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES  
*Antonio Carlos A. Telles da Silva*
- HABITAÇÃO E REVISÃO CONSTITUCIONAL  
*Victor Carvalho Pinto*
- QUESTÃO AGRÁRIA: DESENVOLVIMENTO OU MISÉRIA  
*Sérgio Leite*
- MERCADO COMUM, DO SUL?  
*Valter Bianchini*
- OS CONFLITOS NO MERCOSUL  
*Guilherme Rogel*
- O MERCOSUL E A AGRICULTURA  
*Gracia Maria Vecelli Besen*
- INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA  
*IBGE*
- PROPOSTA DE REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO E DO ESTADO NA DIREÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, EFICIENTE, EQUITATIVA E SUSTENTÁVEL  
*Eduardo Viola*
- OS PROBLEMAS DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NO BRASIL  
*Emílio Lèbre La Rovere*
- HIDROELÉTRICAS E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA  
*Emílio Lèbre La Rovere*
- AÇÃO LOCAL  
UMA NOVA OPÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ÉTICO POLÍTICA  
*Augusto de Franco*
- REFLEXÕES DA CAMPANHA DA FOME  
*Bizeh Jaime*
- ORÇAMENTO PÚBLICO  
Desvendando a caixa-preta  
*Paulo Furtado e Jussara de Goiás (INESC)*
- MANICÔMIOS  
UM CASO DE DIREITOS HUMANOS  
*Henriqueta Camarotti Costa*
- APARTAÇÃO  
- UM DICIONÁRIO -  
*Cristovam Buarque*
- PARCERIA ESTADO-SOCIEDADE:  
ASPECTOS JURÍDICOS  
*Roberto Aguiar*
- CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA  
*Jo de Araújo*
- MAPA DA FOME ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (I)  
*Ricardo Verdum*
- PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E ELIMINAÇÃO DA MISÉRIA E DA FOME  
*Maristela Bezerra Bernardo*
- MEIO AMBIENTE, FOME E MISÉRIA  
UM CASO DO CERRADO MINEIRO  
*Frei Rodrigo de Castro Amédée Péret*
- DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA FAIXA DE FRONTEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988  
*Paulo Machado Guimarães*

POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE:  
UM TEMA CONTROVERTIDO  
*George Martine*

AS BASES DA "NOVA LEGISLAÇÃO" DA INFÂNCIA  
*Irene Rizzini (Universidade Sta. Ursula)*

AS CONQUISTAS A SEREM MANTIDAS  
NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL  
NÃO! AO RETROCESSO REPRESSOR  
*Fórum DCA*

SOLIDARIEDADE COMO NOVA  
OPÇÃO ÉTICO-POLÍTICA  
*Augusto de Franco*

PROJETO - ISSO  
Indicadores para uma Intervenção  
Social sobre o Orçamento Público  
*Celina Junqueira e Paulo Eduardo Rocha*

A AÇÃO CIDADÃ NA NOVA REALIDADE  
POLÍTICO BRASILEIRA  
*Augusto de Franco*

PROJETOS EM HORTAS COMUNITÁRIAS:  
(Instrumentos de Ação)  
*D'Alambert de Barros jaccoud*

IDÉIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
MANDATO MARLAMENTAR  
*Francisco Inácio de Almeida*

ALERTA PELA VIDA AMEAÇADA  
(Um combate à violência no campo)  
*José do Carmo Alves Siqueira*

INIMPUTABILIDADE NÃO É IMPUNIDADE  
*Jussara de Goiás, Amaral e Silva,  
Munir Cury, Antonio Jurandir Pinoti*

CAMPANHA NACIONAL PELO FIM DA EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA E DO  
TURISMO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
*Jussara de Goiás e Entidades de Articulação  
Nacional e Regionais*

BANCADA RURALISTA NA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
(Análise Preliminar: Conceito, Força e Fraqueza)  
*Edécio Vigna de Oliveira*

ORÇAMENTO MUNICIPAL  
A participação da sociedade civil na  
sua elaboração e execução  
(Encarte - Glossário de Termos Orçamentários-  
Afins - Versão Resumida - ABOP)  
*Elenaldo Celso Teixeira*

OS DILEMAS DA CONSTRUÇÃO  
DA CIDADANIA NO BRASIL  
*Jussara de Goiás*

GUIA DE ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO  
LOCAL EM MATÉRIAS DE ORÇAMENTO  
*Homero de Souza Júnior*

DIREITO SONEGADO: O CASO DAS  
COOPERATIVAS DE TRABALHADORES RURAIS  
*Paulo Roberto Correia da Silva, José Jorge Gabara e  
Luis Rodrigo Pinotti*

A RELAÇÃO POSSÍVEL ENTRE A QUESTÃO  
INDÍGENA E O PATRIMÔNIO CULTURAL  
*Marilza Veloso Motta Santos e Ana Gita de Oliveira*

A JUSTIÇA AGRÁRIA NO BRASIL  
*Marcílio Toscano Franca Filho*

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL:  
UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO  
*Maria de Nazareth Baudel Wanderley*

**O INESC autoriza a reprodução parcial ou total de todos os textos constantes das edições do "Subsídio", desde que citada a fonte; solicitando-se que seja enviada uma cópia da publicação.**

**Os leitores do "Subsídio" podem contribuir com artigos, relato de experiências, textos, etc que serão submetidos ao Conselho Editorial que se responsabilizará em discutir com os autores as modificações que, porventura, venham a ser necessárias.**

**Instituto de Estudos Sócio-Econômicos**

SCS - Qd. 08 - Bloco B-50 - Salas 433/441

Supercenter Venâncio 2.000 - CEP: 70.333-970 - Brasília - DF

Fone: (061) 226.8093 - Fax: (061) 226.8042

E. Mail: ALTERNEX: inesc@ax.apc.org - INTERNET: inesc@brnet.com.br